



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O
PROJECTO DE LEI N.º54/X (CDS/PP) –
“ALTERAÇÃO À LEI DE BASES DO
SISTEMA EDUCATIVO”.**

Ponta Delgada, 20 de Junho de 2005



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Junho de 2005, a fim de apreciar e dar parecer ao Projecto de Lei n.º54/X (CDS/PP) que visa a “Alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo”.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Projecto de Lei exerce-se no âmbito do direito de audição prevista no n.º2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A emissão de parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cabe à comissão especializada permanente, em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42.º do Regimento.

CAPÍTULO II
APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

O presente projecto de lei visa proceder à “Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º46/86, de 14 de Outubro e alterado pela Lei 115/97, de 19 de Setembro.

Considera a proposta do CDS/PP que se deve:

- a) Procurar a aproximação entre sistemas de ensino superior, não esquecendo as questões essenciais que Portugal deverá defender no Processo de Bolonha;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- b) Identificar os objectivos de formação que correspondem a cada grau, por área de conhecimento;
- c) Assumir o sistema de créditos baseado nas unidades ECTS, conforme o sistema de créditos europeu;
- d) Promover a qualidade segundo processos de avaliação integrados e reconhecidos pelas outras instituições europeias;
- e) Reforçar a oferta de formação pós-secundária profissionalizante de curta duração.

Na generalidade a Comissão entendeu por maioria, dar **parecer desfavorável** ao Projecto 54/X do CDS/PP, com os votos favoráveis dos deputados do Partido Socialista e a abstenção dos deputados do Partido Social Democrata.

Na especialidade os deputados da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais não apresentaram qualquer proposta.

Ponta Delgada, 20 de Junho de 2005

Relatora

(Piedade Lalanda)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Nélia Amaral)